



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0962/17	DATA: 12/07/2017	
LOCAL: Plenário 04 das Comissões	INÍCIO: 16h00min	TÉRMINO: 17h10min	PÁGINAS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CÉLIO RENÉ TRINDADE VIEIRA – Coordenador-Geral de Esporte Educacional da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e inclusão Social do Ministério do Esporte.
MICHELE LESSA – Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde.
GLÁUCIA BARBOSA PINTO CAMPOS - Diretoria de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação.
SÔNIA DA COSTA - Diretora do Departamento de Políticas e Programas para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

SUMÁRIO

Debate sobre a obesidade infantojuvenil, com o apoio da Frente Parlamentar do Combate e Prevenção da Obesidade Infantojuvenil.

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Boa tarde a todos.

Esta reunião de audiência pública está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 185/2017, de iniciativa dos Deputados Evandro Roman, Mário Negromonte Jr. e Fábio Mitidieri. A reunião visa debater a obesidade infanto-juvenil, com o apoio da Frente Parlamentar do Combate e Prevenção da Obesidade Infanto-juvenil.

Para dar início à apresentação, convido para tomar lugar à mesa o Sr. Célio René Trindade Vieira, Coordenador-Geral de Esporte Educacional da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte; a Sra. Michele Lessa, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde; a Sra. Gláucia Barbosa Pinto Campos, da Diretoria de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação; a Sra. Sônia da Costa, Diretora do Departamento de Políticas e Programas para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Sejam todos bem-vindos!

Desculpem-nos pelo dia bastante atípico que os senhores estão vendo, mas temos que dar continuidade a todas as ações da Casa. O Brasil não para, apesar dos problemas. Vamos seguir firmes! Agradeço a todos os senhores.

Antes de passar às exposições dos nossos convidados, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 10 minutos para as suas preleções, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos. Será permitida réplica de qualquer participante que seja citado durante os debates.

Comunico também que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal *e-Democracia*, com *link* disponível na página da Comissão de Esporte, no portal da Câmara dos Deputados, possibilitando, assim, a participação popular por meio de perguntas dirigidas a esta Comissão.

Antes de passarmos às exposições dos convidados, eu queria fazer uma breve introdução. Agradeço a todos os membros da Comissão de Esporte e a todas as pessoas que ajudaram a construir a Frente Parlamentar do Combate e Prevenção



da Obesidade Infanto-juvenil, principalmente à Sra. Michele, que teve uma atuação direta, e à equipe do meu gabinete. Agradeço a todos os senhores.

Hoje pela manhã, nós tivemos uma audiência com todos os Secretários de Saúde e com o Ministro Ricardo Barros, que se posicionou. Eu estou gostando muito da fala de V.Exa. O que realmente nos motivou a fazer esta Frente Parlamentar foi a linha adotada pelo Ministro Ricardo Barros, no sentido de dizer o seguinte: *“Hoje, nós não mais cuidamos da saúde, cuidamos da doença”*.

Esta Frente Parlamentar vai abordar principalmente três linhas nas quais acreditamos: alimentação, atividade física e sono. Se houver outros temas, nós vamos discuti-los. Esses são os temas que vamos abordar e com os quais temos um compromisso.

Nós temos alguns dados do próprio Ministério, sobre os quais a Sra. Michele vai falar. Por exemplo, cerca de 74% de todas as mortes, conforme registro do Sistema Único de Saúde ou do próprio Ministério, são ocasionadas pelas chamadas doenças crônico-degenerativas ou crônicas não transmissíveis: diabetes, hipertensão, cardiopatia, mau colesterol, enfim, doenças provocadas pelo meio, pela ausência de uma alimentação adequada, pela ausência de um controle e de uma educação familiar. Hoje o sedentarismo toma conta de todos.

Além disso, vamos tratar da qualidade do nosso sono. É óbvio que, se você tem uma noite de repouso de qualidade, você repõe os hormônios e se revigora para o dia seguinte, fazendo com que o organismo trabalhe completamente dentro de uma harmonia. Nós vamos abordar tudo isso.

Hoje a nossa maior clientela está na escola. Precisamos ter o entendimento de que é na escola que temos que agir, visando um público de até 17 anos, o mais cedo possível, dentro de uma abordagem educacional. Temos três itens para cuidar: alimentação, atividade física e sono.

Passo a palavra ao Sr. Célio René Trindade Vieira, Coordenador-Geral de Esporte Educacional da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte.

V.Sa. dispõe de 10 minutos.



O SR. CÉLIO RENÉ TRINDADE VIEIRA - Primeiro, quero cumprimentar o Deputado Evandro Roman, autor do requerimento. Em seu nome, cumprimento os demais componentes da Mesa.

Abro a minha fala parabenizando V.Exa. por esta ação, Deputado. Não é de hoje que V.Exa. vem acompanhando as questões relacionadas ao esporte. V.Exa. já foi Secretário de Esporte, tem uma experiência muito grande nessa área e sabe da importância da prática de atividade física no desenvolvimento de uma sociedade mais justa, de uma sociedade melhor. Mais uma vez, V.Exa. trata de um tema muito importante.

Hoje nós temos um desafio muito grande na nossa população: a obesidade. Este é um problema não apenas do Brasil. Em alguns países, a obesidade tem números bastante expressivos. Isso já é um problema no nosso País.

Para enfrentarmos esse problema, que passa a ser de saúde pública — depois os especialistas falarão sobre isso —, uma série de ações terá que ser realizada. Hoje temos um desafio muito grande: conscientizar as crianças e os adolescentes do nosso País a praticarem atividade física. Pesquisas apontam que, entre os brasileiros, há uma grande deficiência na prática de atividade física na idade adulta. Isso é reflexo do hábito introduzido entre essas crianças e esses jovens.

Para mudar esse comportamento, necessitamos de uma série de ações. Temos que construir uma política pública visando oferecer às nossas crianças a prática de uma atividade física. Temos que valorizar o profissional que atua nessa área. No caso do esporte, o profissional de Educação Física tem uma participação muito importante.

Como bem disse o Deputado, nós temos a questão da escola. Todas as vezes em que falamos sobre a construção de uma política esportiva, temos uma preocupação muito grande com a forma como essa atividade física vai ocorrer na escola. Hoje o que percebemos é uma diminuição da prática de atividade física pelos nossos jovens.

Há um desafio muito grande que ainda está por vir. A situação já está bastante delicada. Refiro-me aos jogos eletrônicos. A nossa criança e o nosso jovem dizem que praticam esportes quando estão jogando *game*. Não tem como isso



ocorrer. Como nós vamos lidar com essa situação e como vamos reverter esse quadro? Esse é um desafio muito grande.

Acho que a aproximação das entidades, por meio da construção de políticas Inter setoriais, é extremamente importante. No Ministério, nós temos todo interesse em aumentar a oferta da prática de atividade física, mas temos uma série de limitações. Sabemos que, se não estivermos juntos com o Ministério da Educação, fica muito difícil conseguir atingir a nossa população. Temos que descobrir uma maneira de atuarmos juntos com a educação, na escola, para que realmente ofereçamos a prática de atividade física para a comunidade.

Uma série de ações está sendo realizada. A Frente Parlamentar do Esporte, aqui na Câmara, com a atuação do Deputado e do Ministério, tem um papel muito importante. Se não mexermos em algumas estruturas — o Secretário Leandro e o Ministro Leonardo Picciani vêm tocando nesse ponto —, não vamos conseguir superar essas dificuldades. Algumas questões são estruturais

Isso envolve desde o esporte que queremos até a forma como essas relações vão acontecer. Isso envolve tudo: desde o Plano Nacional do Desporto, que está sendo discutido aqui na Câmara e será apresentado ao Ministério do Esporte, até o Sistema Nacional do Esporte.

Temos que rever alguns conceitos, alguns procedimentos nas instituições e essa relação institucional, para que realmente possamos evoluir, a fim de enfrentar esse problema. Como eu disse anteriormente, trata-se de um problema de saúde. Se não o enfrentarmos, vai ficar muito mais caro para o País.

Iniciativas como esta vão permitir que comecemos a debater e a discutir, para, em breve, termos ações que revertam esse quadro.

Fico muito feliz em estar aqui participando deste evento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Sou eu quem agradeço, Sr. Célio René, Coordenador-Geral de Esporte Educacional, do Ministério do Esporte.

Nós tivemos a grata satisfação de sermos Secretários de Esporte ao mesmo tempo: eu na Secretaria de Esporte do Paraná, o senhor na Secretaria de Esporte



aqui do Distrito Federal. Quis o destino que hoje nos reencontrássemos diante dos mesmos objetivos, agora trabalhando numa estrutura nacional.

Passo a palavra à Sra. Michele Lessa, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde.

V.Sa. dispõe de 10 minutos.

A SRA. MICHELE LESSA - Primeiro, quero agradecer ao Ministério da Saúde o convite e, mais uma vez, parabenizar a Frente Parlamentar do Combate e Prevenção da Obesidade Infanto-juvenil.

Deputado Evandro Roman, o nosso sonho de consumo era haver Deputados e Senadores que defendessem essa temática no Congresso. Para nós, isso está sendo, de fato, motivo de felicidade.

(Segue-se exibição de imagens.).

Eu queria destacar que foi declarada pela ONU a Década de Ação em Nutrição, entre 2016 e 2025, na qual vários países vão ter metas claras relacionadas à melhoria da nutrição e à redução das doenças crônicas não transmissíveis.

No Brasil, os dados em relação à obesidade são alarmantes: 57% da população adulta estão com excesso de peso e 20% está com obesidade. Um terço das nossas crianças de 5 anos a 9 anos está com excesso de peso; 17% dos jovens estão com excesso de peso; e 8% estão com obesidade. Além de a obesidade estar aumentando entre os adultos, nós estamos com uma leva de crianças e adolescentes que vão piorar esse quadro ao longo do tempo.

Este gráfico nos compara com os Estados Unidos. Apesar de os norte-americanos estarem com uma prevalência maior, em poucos anos nós chegaremos muito próximo às prevalências dos Estados Unidos, país com o maior percentual de obesos no mundo. Os hábitos alimentares dos brasileiros indicam vários comportamentos que levam ao aumento do peso e a doenças crônicas não transmissíveis.

Vou fazer um paralelo com o que o Célio estava falando: 56,6% dos adolescentes fazem refeições sempre ou quase sempre em frente à TV. Além de não realizarem práticas esportivas e atividades físicas, os adolescentes comem em frente à tela e acabam consumindo mais, sem perceber o que está sendo consumido.



O que precisa ser feito nessa agenda? Há consciência internacional de que precisamos trabalhar tanto nos fatores individuais, orientando a população, quanto nos ambientes, como foi falado aqui em relação à escola. Se a escola não for promotora da alimentação saudável e das práticas corporais, os indivíduos não podem ser culpabilizados por suas escolhas. Inclusive, temos que trabalhar em macroambientes, com sistemas alimentares mais saudáveis e produção de alimentos mais saudáveis para a população.

Em relação às medidas mais efetivas para a redução da obesidade infantil, temos alguns objetivos: melhorar a rotulagem nutricional frontal, para que, no rótulo, as pessoas tenham a clareza de que aquele alimento possui excesso de sódio, gordura e açúcar; sobretaxar alimentos ultra processados; reduzir o preço de alimentos saudáveis; criar ambientes saudáveis, especialmente nas escolas; e regular a publicidade para crianças.

O Brasil tem compromissos internacionais, tanto em relação às doenças crônicas quanto em relação à obesidade. Não vou me ater a isso, mas, no *site* da OMS, na parte de nutrição, há uma foto do Ministro da Saúde e a notícia de que o Brasil foi o primeiro país a entregar metas claras para a Década de Ação em Nutrição.

Uma dessas metas é deter o crescimento da obesidade nos adultos até 2019. Então, temos uma meta a perseguir ao longo do tempo. As outras metas são: reduzir o consumo regular de refrigerante pela população adulta e aumentar o consumo de frutas e hortaliças.

O que já estamos fazendo? Nós temos a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que envolve um conjunto de diretrizes: promoção da alimentação saudável, atenção nutricional no SUS, apoio à pesquisa, qualificação dos profissionais. Essa Política norteia todo o conjunto de ações que exercemos.

É importante destacar que, no Brasil, nós temos um enorme quantitativo de profissionais de saúde que fazem promoção da saúde e promoção da alimentação saudável. Há quase 40 mil equipes de saúde da família, 257 mil agentes comunitários de saúde e 4 mil equipes multiprofissionais, com nutricionistas, psicólogos, educadores físicos, que apoiam essas equipes no seu trabalho.



O Brasil é referência internacional por causa do Guia Alimentar para a População Brasileira. Não sei se todos o conhecem, mas eu os convido a lerem. Todos os países têm esses guias, mas contêm um “nutricionês”, com termos como proteína, micronutrientes. O nosso Guia quebra todo esse “nutricionês” e fala claramente para a população consumir mais alimentos *in natura* e minimamente processados e evitar os alimentos ultraprocessados. Além disso, o Guia tem um reconhecimento internacional e um conjunto de materiais que o Ministério da Saúde fez para orientar toda a equipe de atenção básica em relação às recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira. Nós temos cursos na *web*, temos vídeos semanais no Facebook do Ministério da Saúde. Convido todos a acompanharem.

Recentemente, o Ministro Ricardo Barros também lançou o *site* Saúde Brasil, que apoia as pessoas que querem adotar hábitos mais saudáveis, tanto em relação à atividade física quanto à redução do tabagismo e à prevenção da obesidade.

Como destacou o Deputado Evandro Roman, temos que começar a trabalhar com a criança o mais cedo possível. A promoção do aleitamento materno e a alimentação complementar antes dos 2 anos de vida vão garantir que aquela criança tenha hábitos mais saudáveis. Se você acostuma a criança a consumir muito sódio, muito açúcar e muita gordura, as papilas gustativas vão querer mais ao longo da vida toda. Sem dúvida, esse vai ser um adulto propenso à obesidade.

O Ministério da Saúde tem feito acordos com a indústria, para a melhoria do perfil dos alimentos, e tem estabelecido medidas regulatórias. Vou falar sobre isso ao longo do tempo. Nós temos parcerias tanto com a indústria quanto com a Federação Nacional das Escolas Particulares, para a criação de ambientes promotores da alimentação saudável nas escolas. Temos vários materiais para isso, como, por exemplo, cursos *on-line*, etc.

É importante destacar que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA traz recomendações claras em relação à promoção da alimentação saudável. Nessa linha do que propõem o CONANDA, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e o Conselho Nacional de Saúde, que acabou de editar três resoluções sobre essa agenda, o Ministério da Saúde vem realizando um conjunto de medidas. Nós estamos dialogando com a indústria, para tirar aquele refil



de refrigerantes dos *fast foods*, nos quais o adolescente pode tomar a quantidade que quiser pelo mesmo preço, o que causa o aumento do consumo de refrigerantes.

O Ministério da Saúde decidiu dar o exemplo. O Ministro falou: *“Michele, vamos começar em casa. Vamos criar um ambiente promotor da alimentação saudável para os trabalhadores do Ministério da Saúde”*. Assim, no Ministério, no restaurante, na lanchonete ou em qualquer evento que ofereça alimentação, há uma oferta mínima de frutas e hortaliças e uma restrição de refrigerantes, salgadinhos de pacote, etc. O Ministério do Planejamento também discutiu sobre isso conosco e adotou a medida em todos os órgãos federais. Essa agenda está sendo adotada em vários órgãos, como, por exemplo, a CGU.

É importante destacar que não se trata de uma agenda de proibição, mas, sim, de uma agenda como a do combate ao fumo. Não sei se os senhores lembram que, no passado, era possível fumar nesta sala. Com o tempo, o Ministério da Saúde criou os espaços livres do tabaco, os ambientes livres do tabaco. Essa agenda funciona da mesma forma. Às vezes, você quer fazer uma escolha saudável, quer comprar uma salada de frutas, mas não tem essa opção saudável. Então, essa agenda visa a criação de ambientes que promovam escolhas saudáveis.

Há dois programas que quero destacar. A Gláucia, nossa parceira há anos, vai falar um pouco mais sobre o Programa Saúde na Escola, um programa muito bonito, que já conta com mais de 5 mil adesões, e eu vou me colocar à disposição do Célio para uma parceria em relação ao Programa Academia da Saúde, do Ministério da Saúde. Nós temos quatro mil polos habilitados, dois mil funcionando, de espaços públicos para a população fazer atividade física na hora que precisar.

Também cabe ao Ministério da Saúde e todo o Sistema Único de Saúde terem um cuidado com a pessoa quando ela já tem excesso de peso e obesidade. Para isso nós temos um conjunto de serviços e ações, que eu não vou me deter aqui, mas que organizam toda a rede de serviço para a pessoa que já precisa emagrecer.

Tem o acompanhamento das crianças no Programa Bolsa Família em relação ao peso, no estado nutricional. Nós temos excelentes resultados, nos últimos 10 anos. Para darmos um exemplo, as crianças do Programa Bolsa Família que estão há 4 anos ou mais no programa elas têm 10% a menos de chances de vir a



desenvolver a obesidade. Isso é um bom sinal. Estamos falando das crianças mais pobres do País.

Outro acordo com a indústria foi uma parceria para a redução do sódio nos alimentos ultraprocessados. Esse acordo está vigente. Entre 2012 e 2016, conseguimos retirar 17 mil toneladas de sódio em alimentos ultraprocessados que todos nós consumimos. Com isso evitando-se a hipertensão e as suas consequências.

Mas o que ainda precisamos avançar, se os senhores me permitem: melhorar a rotulagem nutricional no Brasil — aquela tabelinha lá atrás. É muito difícil de enxergar o que há. Avançar nas medidas regulatórias para que a escola um ambiente promotor da alimentação saudável. Nós temos onze leis estaduais, mas não temos lei federal. Avançar na vigilância sanitária no Brasil para trabalharmos na prevenção das doenças crônicas não transmissíveis.

Uma discussão que a OMS vem recomendando a todos os países é sobretaxar refrigerantes e alimentos ultraprocessados e a regulação da publicidade e propaganda que o Brasil já tem em relação aos substitutos do leite materno, mas não tem ainda em relação aos demais.

Por fim eu termino falando aqui de outros países. No aspecto global, os países da América Latina são aqueles que mais estão à frente de outros países em relação ao tema de políticas públicas para a obesidade. Só que não liderada pelo Brasil infelizmente.

Então, nós temos excelentes medidas adotadas pelo México, Chile, Equador e até a Bolívia, em medidas de política pública para a prevenção da obesidade que precisamos nos espelhar e avançar.

Finalizando, aqui estão as recomendações, que foram feitas no mês passado, do Conselho Nacional de Saúde, voltadas tanto para o MEC: para promover a alimentação saudável nas escolas; para a ANVISA avançar na rotulagem nutricional; e para o Ministério da Fazenda atuar na sobretaxação de refrigerantes.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Dra. Michelle Lessa. Sua explanação foi muito esclarecedora, também, com dados, ao qual isso



nos dá um suporte para nós trabalharmos em cima das políticas ao qual nós temos que estar desenvolvendo.

Eu estive vendo principalmente a estrutura do Chile que foi apresentada, e do próprio Equador. Eles têm um trabalho espetacular, que é centrado em uma única das vertentes que é a questão alimentar.

Então, eu diria que muitas vezes se falam em questões do primeiro mil dias de vida, mas eu diria que os primeiros dois mil dias de vida de uma criança são principais para que ela venha a desenvolver o gosto, o paladar, enfim, para algumas ações. *(Pausa.)*

Temos o esporte, a atividade física, temos a saúde, e juntamente o controle nutricional, mas a nossa clientela está lá no ambiente que é a escola. Sabemos que a movimentação da escola, seja ela na estrutura municipal, estadual ou federal é muito grande.

Então, vamos ouvir agora e passo a palavra, para que nós possamos trabalhar juntos, unidos, à Sra. Gláucia Barbosa Pinto Campos, da Diretoria de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação.

A SRA. GLÁUCIA BARBOSA PINTO CAMPOS - Boa tarde aos participantes, aos membros da Mesa, aos participantes e a todos. Primeiro eu quero agradecer o convite para participar dessa audiência pública.

Vamos falar alguma sobre o Ministério da Educação.

Para controle da obesidade deve-se falar de alimentação saudável e atividade física. O Ministério da Educação tem o Programa Nacional de Alimentação Escolar — PNAE, cujo objetivo é contribuir para o crescimento, desenvolvimento e rendimento escolar de formação das práticas alimentares saudáveis dos alunos. Por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições, que cubram as necessidades nutricionais durante o período letivo.

Vale dizer que esse programa tem caráter suplementar, e que o dinheiro federal, enviado para os Municípios, Distrito Federal e os Estados, deve ser usado 30% para comprar merenda da agricultura local, favorecendo assim o crescimento econômico das comunidades.

Em 8 de maio de 2006, foi publicada a Portaria Interministerial nº 1.010, que institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de



Educação Infantil, níveis Fundamental e Médio das redes públicas e privadas em âmbito nacional.

Essa portaria interministerial, do Ministério da Saúde e da Educação, define, no seu art. 3º: *“A promoção de alimentação saudável nas escolas com base nos seguintes eixos prioritários: restrição ao comércio e a promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada; e o monitoramento da situação nutricional dos escolares”*.

No seu art. 6º: *“Determinar que as responsabilidades inerentes ao processo de implementação de alimentação saudável nas escolas sejam compartilhadas entre o Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação”*.

Em 5 dezembro de 2007, por meio do Decreto nº 6.286, instituiu-se o Programa Saúde na Escola. É um decreto para contribuir com a formação integral dos estudantes da rede pública de Educação Básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

O programa é interministerial, Ministérios da Educação e Saúde; e profissionais da Educação e da Saúde realizam ações e promoção à saúde envolvendo estudantes da Educação Básica.

O programa está presente em 5.040 Municípios, e em mais de 85 mil escolas.

Apesar disso, dados do balanço das ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional apontam que 35% dos meninos e 32% das meninas, entre 5 e 9 anos, estão com excesso de peso. E, segundo o IBGE, 23% dos escolares das escolas públicas estão com excesso de peso e 28% dos alunos das escolas privadas. É interessante! Achei este um dado interessante: em escolas privadas, há maior prevalência de obesidade.

Agora, eu deixo alguns pontos a considerar. Os adolescentes têm acesso à alimentação não saudável fora do ambiente escolar? Os adolescentes são ou estão sedentários? Os alimentos ultraprocessados continuam com altos teores de gordura, sódio e açúcares? Por quê? Deve ser colocada advertência nos rótulos dos alimentos não saudáveis? Acho que são pontos que devemos debater.



E, apesar de tudo aquilo que foi feito, as crianças continuaram a ficar obesas, com excesso de peso. Então, eu pensei: por quê? Será que eles estão comendo alimento não saudável fora do ambiente escolar? Talvez, também isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado, Dra. Gláucia Barbosa Pinto. Eu estava até falando aqui que, segundo dado a respeito de refrigerantes — um dado só, poderiam ser vários —, da Digitel, que é do próprio Ministério, de 2006 a 2016, diminuiu em 50% o consumo, mas a obesidade continuou aumentando. Então, nós vamos ter que, depois, discutir a fórmula, que não sei qual é, para levarmos à sociedade. Por isso, é importante.

Nós gostaríamos Dra. Gláucia, de ter um contato direto com a senhora, para que nós avancemos na parceria que envolve o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, o Ministério do Esporte, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e também a bancada parlamentar de defesa e combate à obesidade infanto-juvenil. Então, são situações que temos que trazer, inclusive, encaminhamos a cada Ministro um documento para que nos envie uma pessoa que entre em contato conosco, toda a semana, aqui na Câmara, num trabalho dessa ação, para que encontremos o melhor caminho. Ainda não temos o caminho e vamos ter que discutir juntos, após cada um trabalhar isso aqui.

Nessa linha, passo a palavra à Sra. Sônia da Costa, Diretora do Departamento de Políticas e Programas para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. S.Sa. dispõe de 10 minutos, e obrigado por ter vindo, mais uma vez.

A SRA. SÔNIA DA COSTA - Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Deputado Evandro por esta iniciativa; cumprimentar todos os Parlamentares presentes e a Mesa, na pessoa de Michele — que eu já conheço há muito tempo —, da Dra. Gláucia, do Célio. Acho que essa Mesa não é por acaso, é uma Mesa que já discute esse tema, entre os Ministérios, há muito tempo.

Esse tema da obesidade é gravíssimo e vem se intensificando muito, principalmente nessa última década. Há 20 anos, trabalhávamos contra a fome e fizemos uma ação muito efetiva com relação aos objetivos do milênio e os atingimos. Porém, agora, chegamos ao outro lado. A gente chegou à obesidade e assinamos



novamente os compromissos contra esta. Temos o compromisso de reverter esse quadro.

Então, a nossa população está comendo? Sim, mas está comendo mal. Acho que a Michele trouxe muito bem os números. A sociedade está se alimentando, mas de forma errada. Considero que esse problema se torna cada dia mais grave. Diminuiu-se o consumo de refrigerante, mas o peso das crianças ainda aumenta, então, está-se substituindo por outros alimentos.

E qual é o papel do Ministério de Ciência e Tecnologia aqui nesta Mesa? O papel da Ciência e Tecnologia, como sempre foi proposto desde sua origem, é trabalhar de forma articulada. O Ministério de Ciência e Tecnologia vem articular com quem está na ponta, com o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte.

Quero trazer inicialmente algumas informações sobre nossa atuação na área de segurança alimentar. Por fim, quero trazer uma proposição que foi elaborada junto com o Ministério, inclusive, com o Ministério da Saúde.

Bom, em termos de segurança alimentar, o Ministério de Ciência e Tecnologia trabalha, há 15 anos, com esse eixo específico e lá desenvolve várias áreas, como a área da pesquisa aplicada, a área da pesquisa voltada para a saúde — em parceria com o Ministério da Saúde —, e trabalha também na área de produção de alimentos saudáveis.

Nós temos uma linha específica, que é a área de produção de alimentos orgânicos, na qual mais nos destacamos na coordenação, no departamento. É um projeto articulado com a Casa Civil e com o MAPA, e hoje nós temos 235 núcleos de agroecologia espalhados em todas as Regiões do País. E já colhemos os primeiros resultados. Em quê já colhemos os primeiros resultados? As famílias rurais que trabalham sofrem a desnutrição. Com a política de agroecologia e a diversificação da produção de alimentos em suas propriedades, ao longo desses últimos anos, as famílias passaram a se alimentar de forma mais nutritiva.

E a relação direta com o PA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, tem contribuído e muito, inclusive, para geração de emprego e renda para essas famílias. Eu não consigo falar do problema de obesidade sem falar da questão de



inclusão social, que inclui emprego e renda, porque realmente é isso que vai levar a uma boa alimentação.

Nesse sentido, como o Ministério estruturou sua política de segurança alimentar? Estruturou por meio de redes de pesquisa. Hoje, nós temos 6 redes estruturadas de pesquisa. A primeira é uma rede de pesquisadores, que hoje têm 3 mil pesquisadores cadastrados no CNPq, que trabalham nessa linha de segurança alimentar e nutricional. Porém, precisamos agora fazer esse recorte para saber quem está trabalhando na área de obesidade, para saber que pesquisas são essas. E nós estamos nos dispondo a fazer isso desde o momento em que se criou a Frente Parlamentar, que é um dos compromissos.

Então, a partir da identificação de quais são os projetos e do que tem sido feito em relação aos estudos da obesidade, tiram-se essas informações, essas pesquisas e esses conceitos dos bancos de teses, e são levados para uma aplicabilidade direta e, aí, sim, são articulados com os demais Ministérios.

Essa é uma ação que precisa ser iniciada rapidamente. Nós tivemos uma ação de projeção, em termos deste ano e do ano que vem, para iniciarmos uma ação relacionada ao Deputado... A gente teve, a partir do momento em que tivemos o Orçamento aqui da Frente Parlamentar, nós tivemos oportunidade de levar esse assunto ao Departamento e à nossa Secretaria, que é a de pesquisa e desenvolvimento do Ministério, e conseguimos definir como uma meta estratégica, da qual não podemos falar antecipadamente — estamos trazendo essa informação agora —, que tiramos como uma das prioridades para um edital público, com recurso do Ministério, da própria ação, para trabalharmos, então, a partir desse grande banco de dados que o MCTI possui em termos de pesquisa na área de segurança alimentar, poderemos definir eixos e identificar quais são as pesquisas já desenvolvidas, pesquisas clínicas, etc., quais são os resultados, e fazer com que essas pesquisas realmente saiam do papel, sejam realmente aplicadas em forma de projetos de extensão e de educação.

Essa ação iniciou-se naquele dia, no lançamento da Frente Parlamentar, em que eu e a Michele fizemos uma fala inicial, muito informal. Nós a encaminhamos aos nossos Ministérios e ontem — Michele, vamos compartilhar isso — tivemos a primeira reunião técnica, iniciando-se um desenho para pensar essa chamada e os



próximos Ministérios a serem contatados, os Ministérios da Educação e do Esporte, que estão aqui conosco, para que façamos uma grande ação direcionada.

E isso será trabalhado sob o aspecto do ensino, da pesquisa e da extensão, aproveitando-se o que já temos de conhecimento produzido na área, que muitas vezes não é disseminado nem para os nossos agentes de saúde e, muito menos, para os nossos professores e demais técnicos que atuam nessa área.

Então, a minha fala aqui neste dia é no sentido de trazer esse compromisso de colocar à disposição o que já temos em termos de organização, que vai desde a questão da produção do alimento até a parte de estudos de controle de obesidade e de saúde como um todo.

Eu gostaria de deixar aberta essa fala inicial e de já fazer o convite para que esse grupo nosso agora se amplie — não é, Michele? — com o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte.

Essa é uma ação que, com certeza, não se finda em uma chamada. Estamos trazendo uma proposta de construir um programa de controle e combate à obesidade, de 10 anos, encabeçado pelos Ministérios que estão nesta Mesa.

Muita obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sra. Sônia da Costa, pela explanação. Fico feliz que isso já tenha dado resultados, frutos, em relação ao próprio lançamento direto lá.

Eu tenho uma convicção e eu também aposto muito nela. Nós precisamos dentro de uma estrutura como essa não é de recurso. Nós precisamos hoje é de uma organização, porque o recurso virá naturalmente. Alguém falar isso assusta, não é? Não, ele virá naturalmente. Antes de nós termos o recurso, queremos saber o que queremos. Há uma frase de Claude Bernard que diz que quem não sabe o que procura não identifica o que encontra.

Pedir recurso é fácil, até da nossa parte aqui, ainda mais que esta é a Casa do Orçamento. Eu concordo plenamente que nós temos essa condição, Sônia, bem na linha do que vocês estão dizendo, para nós redirecionarmos... Eu fico feliz por vocês já estarem fazendo esse edital. Dentro de cada Ministério, é só realocar aqueles recursos, trabalhar, que isso é possível.



Nós estamos hoje na Comissão Mista de Orçamento. Eu sou até o Relator Setorial da Área Temática Agricultura, Pesca e Desenvolvimento agrário. Tenho certeza de que vamos poder dialogar com os Relatores Setoriais das Áreas Temáticas Esporte, Ciência e Tecnologia, Saúde e também Educação, para que venhamos a deixar um trabalho já voltado para essa política.

E a Frente Parlamentar terá essa função, não na minha pessoa, mas na dos 240 Deputados e Senadores que a compõem hoje, juntamente com o Senador Pedro Chaves, que é o Vice-Presidente, e todos os membros, para que possamos fazer o encaminhamento.

Dentro dos procedimentos, seguindo a ordem, a Sra. Gabrielle, professora aposentada de Educação Física do Rio Grande do Sul, está participando pelo sistema do e-Democracia. Nossas audiências são interativas, e as pessoas estão entrando em contato. A Sra. Gabrielle pergunta:

A merenda escolar em São Paulo é constituída de alimentos de preparo rápido e de baixo custo. Reduziu-se o gasto de tempo com preparo de alimentos nutritivos e aumentou-se o consumo de enlatados, alimentos industrializados, as fast foods.

Isso é resultado da contenção de gastos do Governo Federal ou incentivo à indústria?

Quem pode responder a isso?

A SRA. MICHELE LESSA - Eu posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Pode responder?

A SRA. MICHELE LESSA - Há uma questão relativa à alimentação escolar. Em São Paulo, por exemplo, sabemos que, às vezes, empresas terceirizadas entregam o alimento pronto dentro de uma caixa: um suco de caixinha e um sanduíche.

O ideal é que haja na própria escola uma estrutura de preparo dos alimentos, comprados da agricultura familiar e, com isso, se ofertar alimentos mais frescos aos escolares.



Esse é um desafio em relação ao qual temos que melhorar, e as portarias do Ministério da Educação mostram claramente essa questão e induzem a que isso seja aprimorado no âmbito da alimentação escolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - A Sra. Anita Diniz, professora da Universidade Tecnológica Intercontinental — UTIC, de Ciudad del Este, no Paraguai, e doutoranda em Ciência do Movimento, pergunta:

Eu gostaria de saber se a motricidade como redutor da obesidade infanto-juvenil está sendo discutida no âmbito federal, tendo em vista a redução de verba dos programas sociais.

Tem a palavra o Sr. Célio.

O SR. CÉLIO RENÉ TRINDADE VIEIRA - Nós sabemos que a prática da atividade física tem uma relação muito forte com a perda de peso, e o Ministério do Esporte vem desenvolvendo uma série de ações para motivar e mobilizar jovens para isso.

O Ministério tem uma série de programas sociais, como o programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade — PELC. Inclusive, nosso Secretário, o Leandro Cruz, lançou um edital, uma chamada pública, que está ocorrendo no momento, com o qual pretendemos atender uma quantidade maior da população brasileira.

O Ministério vem também incentivando a pesquisa. Hoje nós temos centros de pesquisa em todo o País através da Rede CEDES. Esses centros de pesquisa vão trazer uma série de elementos que vão ajudar a construção de uma política pública.

Pensar que o Ministério do Esporte vai desenvolver ações e convênios em todo Estado brasileiro é uma ilusão. O que o Ministério do Esporte vai fazer é desenvolver políticas, é construir parcerias. Acho que, em relação a isso, a municipalização é muito importante. Por isso digo também que as políticas Inter setoriais são muito importantes, porque, através dessas ações, o Ministério do Esporte, junto com a Secretaria de Educação e com o Ministério da Saúde, vai começar a combater o sedentarismo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Seguindo a ordem de prioridades, eu tenho certeza de que a pergunta é para a Sra. Gláucia.

A próxima pergunta é do Sr. José Aquino, professor de Educação Física do Distrito Federal. Primeiramente ele diz:

Parabéns pela importante iniciativa! — que é de todos.

A descrição de direitos e objetivos de aprendizagem relativos à educação motora, à educação física escolar, à iniciação esportiva nas classes de educação infantil e de educação básica seria um fator que contribuiria para a prevenção da obesidade?

Essa foi a primeira pergunta. Na sequência, ele diz:

Por que, então, não formular, na Base Nacional Comum Curricular, na área relativa à Educação Física, e nos Planos Decenais de Esporte e Lazer municipais, estaduais e distrital, esses direitos e objetivos de aprendizagem e suas respectivas metas?

A SRA. GLÁUCIA BARBOSA PINTO CAMPOS - A Base Nacional Comum Curricular não tirou o exercício, a prática corporal, a atividade física do conteúdo das atividades da escola ou do currículo da escola. Simplesmente, ela dispôs que a escola pode escolher quando e como isso será feito. A atividade física não faz parte dos componentes obrigatórios, mas as escolas têm a ampla possibilidade de oferecer a prática do esporte e estimulá-la.

A Base Nacional Comum Curricular não está contra o exercício físico nem contra a atividade física ou contra o professor de Educação Física, mas isso não se inclui na parte imutável, mas, sim, da parte que a própria escola pode escolher.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sra. Gláucia.

A Sra. Sheila Aparecida Silva — ela não diz de onde é — pergunta:

Consumir menos açúcar deve ser incluído na educação dos pais?

A outra pergunta é:



Há algum projeto governamental dirigido a pais e a futuros pais ou mães?

A SRA. MICHELE LESSA - É muito boa a colocação, Sheila. É isso mesmo. A redução do açúcar deve ser incluída no diálogo com os pais sobre a educação alimentar dos seus filhos. Para isso, o Ministério da Saúde tem alguns materiais. Sugiro a você consultar o *Guia Alimentar para Crianças Menores de 2 Anos*, que traz claramente tudo o que é importante ser feito para a criança do ponto de vista alimentar e alerta sobre os riscos de acostumar a criança com excesso de açúcar, sal e gordura.

E há também uma estratégia chamada Amamenta e Alimenta Brasil, que qualifica e capacita profissionais de saúde para essa agenda. Na página do Ministério da Saúde no Facebook foram dadas várias orientações nesse sentido. Sugerimos que você conheça o *Guia Alimentar para Crianças Menores de 2 Anos*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Está ótimo.

O Sr. Irenaldo Honório da Silva, que também não diz de onde é...

Eu solicitaria às pessoas que participarem que digam de onde são, para termos uma noção de qual local do País, ou fora dele, estamos recebendo as perguntas.

O Sr. Irenaldo pergunta:

Quería saber por que os projetos de esporte nas comunidades carentes não são realmente feitos e só são colocados nas comunidades por políticos. Depois, se o político não é eleito, eles se acabam.

O SR. CÉLIO RENÉ TRINDADE VIEIRA - O Ministério do Esporte tem priorizado comunidades de vulnerabilidade social em todos os seus programas. Essa é uma política adotada. Inclusive, os nossos editais públicos, os nossos chamamentos públicos, trabalham priorizando essas comunidades.

Como eu disse anteriormente, o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam o aumento da prática da atividade física também está atrelado à conquista de uma cultura dessa população. Um dos nossos programas, o PELC, toca muito nessa questão. O convênio que estabelecemos com os Municípios é de 2 anos. Durante esse período, estabelecemos uma série de palestras e uma série de



consultas, para que, após a saída do programa, a própria comunidade consiga priorizar a prática da atividade física. Isso é um diálogo.

Por isso digo da importância da municipalização. O próprio Município tem que ter noção da importância dessa atividade para aquela comunidade. E que haja previsão de investimentos em seus orçamentos para a prática esportiva.

Então, nós, do Governo Federal, estamos bastante sensíveis em relação a essa causa, mas é um processo que depende da parceria do Governo Federal com os Estados e Municípios, para que a gente possa, realmente, atender toda a população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Queria agradecer ao Sr. Célio René e, da mesma forma, agradecer a todos os expositores de hoje.

Agora, vou passar a palavra aos senhores para que façam suas considerações finais. Peço desculpas por não ter podido acompanhar todas as apresentações, porque hoje tem sido um dia um pouco tensionado aqui em Brasília, como todas as notícias que todos nós temos acompanhado pela imprensa.

Mas, quero ouvir as considerações finais e começo pela Sra. Gláucia.

A SRA. GLÁUCIA BARBOSA PINTO - Bom, eu quero agradecer pelo convite, mais uma vez, e dizer que nós precisamos continuar este debate. Precisamos fazer isso com força, com vontade e com assiduidade. Só por meio do debate é que nós podemos melhorar e aperfeiçoar nossas leis e a nossa sociedade.

Eu agradeço a todos e boa tarde!

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Pois, não, Deputado.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Sr. Presidente, peço-lhe que continue a conduzir a reunião, como está fazendo, e peço desculpas aos convidados. Hoje foi um dia atípico na CCJ. Saí de uma reunião, que V.Exa. sabe, agora às 17 horas.

Agradeço aos senhores, que farão as considerações finais. Mas eu terei, agora, pontualmente às 17 horas, uma pequena entrevista a dar. Mas agradeço e digo que estaremos unindo a ação, como disseram a Sônia, a Michele, ao esporte, à educação. Eu diria que devemos o mais que pudermos nos aproximar da educação, numa linha de entrosamento, seja nos Estados ou na questão federal, para



discutirmos e chegarmos a um denominador comum, de uma política próxima de ser única, se possível, para que nós venhamos a ter uma ação. Essa é uma das coisas em que acredito muito.

Tenho certeza de que vamos melhorar a qualidade de vida, principalmente, das futuras gerações, e nós vamos desenvolvê-las, principalmente com uma ação de diálogo, de acompanhamento, entendendo que em alguns momentos, em algumas situações radicais, vamos ter que saber lidar com esta para que possamos avançar. Muitas vezes, deve-se recuar 1 passo, para depois avançar 10 passos. É um trabalho de diplomacia que tem uma função em cada um dos Ministérios que estão aqui representados, como também nós aqui.

A partir do momento em que nos sentirmos muito seguros de que houve entendimento entre todos os senhores e as senhoras, e que nós venhamos a mostrar à população que tudo está muito bem discutido, nós partiremos, e tenho certeza de que vamos contar com a grande força do Presidente Fábio Mitidieri, que é uma pessoa muito atuante e que gosta do que faz. Tenho certeza de que vamos melhorar isto aqui e criar leis realmente que sejam eficazes, e não leis de prateleira, como costume dizer. Isso depois de termos uma ação. Sabemos muito bem como vamos agir na escola, o que queremos de trabalho junto com a saúde, com o esporte e com o Ministério de Ciência e Tecnologia.

Quanto a essa parte de pesquisa, como a Diretora Sônia diz, nós temos muitas teses de mestrado e doutorado, pagas pelo CNPq e pela CAPES, que ficam engavetadas e não geram a ciência que nós gostaríamos — geram, mas não são divulgadas.

Nós temos hoje toda a estrutura possível para desenvolver esse trabalho. Eu digo assim: *“Vamos com muita calma por que nós temos pressa”*. Se nós atravessarmos, poderemos atropelar alguma fase que, de repente, não poderá ser consertada. E, lá na frente, nós vamos ver, com orgulho positivo, que construímos algo para as futuras gerações, principalmente no médio prazo, de 5 a 10 anos. E podem ter certeza de que nós vamos nos orgulhar disso.

Agradeço a todos vocês que participaram desta audiência pública.

Sr. Presidente, muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Deputado Evandro Roman, antes de a Michelle falar, eu queria fazer apenas um comentário.

Em nosso Estado, Deputado Evandro Roman, eu tive a oportunidade de ser Vereador na capital. Lá foi aprovada uma lei municipal, que proibia nas escolas a comercialização de alimentos considerados gordurosos. Em função disso, ficaram somente aqueles alimentos produzidos com farinha de trigo integral. Houve uma série de modificações através dessa lei.

Em relação à lei, eu quero fazer uma ressalva. Hoje em dia, em minha opinião, nós terceirizamos a educação dos nossos filhos, porque trabalhamos, estamos sempre na rua. E, quando chegamos a casa, não queremos brigar, preferimos encher o filho de salgadinhos Cheetos. Na escola, dizemos ao professor: *“Professor, o que esse menino está comendo?”*

Em casa, você não toma conta do filho, mas, na escola, quer que o professor, além de educar, ainda resolva o seu problema de casa. Quer que ele controle o menino, porque não consegue ser controlado dentro de casa.

Vamos dizer, então, que, a partir de hoje, o aluno não pode mais comer salgadinhos na escola, não pode mais tomar achocolatado ou refrigerante, porque há uma lei que proíbe esses alimentos. O problema agora não é mais educação, é uma lei. Estamos criando a ditadura alimentar, ou seja, a lei diz o que o aluno pode comer. Nós começamos a proibir esses alimentos na escola; daqui a pouco, nós vamos proibi-los no *shopping*, no restaurante, porque é assim que começa.

A meu ver, o problema é mais amplo. O problema é educacional. Nós precisamos fazer uma reeducação dentro de casa, no seio da família. Eu estou dizendo isso como uma pessoa obesa e que tem filho obeso. Mas eu não faço o meu dever corretamente como pai, porque os problemas que os outros têm eu também tenho.

A nossa vida política é atribulada, como todo mundo sabe, ficamos poucas horas com os nossos filhos e não brigamos com eles ao chegar a casa. Aí você cobra da mãe. A mãe diz a mesma coisa: *“Eu também trabalho, meu amigo, não pense que é só você”*. E você diz para o filho: *“Então, coma só o Cheetos”*. Cito esse exemplo, mas acho que é preciso ampliar mais o debate, porque não se trata simplesmente de proibir.



Os fornecedores de salgadinhos dos colégios particulares e públicos vieram nos procurar, na época, e disseram: *“Vereador, o senhor não sabe quanto custa a farinha de trigo integral. É três vezes mais cara, é importada. O senhor sabe para quanto vai o salgadinho do seu filho na cantina da escola? É todo pai que consegue pagar? É muito mais caro. E você está prejudicando todo o setor produtivo”*. A questão é muito mais ampla do que simplesmente dizer coma ou não coma. Não é por que ele só vai poder comer fruta na escola que ele só vai comer fruta.

No entanto, se nós começarmos a fazer um trabalho de conscientização, um trabalho educacional, a própria escola mostrar que é mais importante, muitas vezes, o consumo de determinados alimentos do que outro e a família dentro de casa fazer o seu papel, talvez consigamos combater a obesidade com mais eficiência e eficácia. Do contrário, fica aquela coisa da imposição ou, então, só do discurso. Eu não vejo como fugir muito disso na realidade atual que nós temos no País.

No Brasil, temos a obesidade infantil crescente. Trata-se de um problema real que gera problemas futuros para essa criança, porque o jovem, com todo vigor da saúde, não está preocupado com o que está comendo. A conta sempre vai vir amanhã. É essa a preocupação que tenho.

Eu sei que eu cheguei ao final e estou fazendo essa...

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Você é membro da Frente Parlamentar, é o 3º Vice-Presidente.

Quero dizer — e peço a sua licença por que tenho que me retirar — que eu penso idêntico a você. Nós temos que construir juntos, para que todos tenham o convencimento de que essa é a ação. Permita-me chamá-lo de você, pois somos grandes amigos, e não gosto que me chamem de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Pode me chamar de Fora, Temer! também. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Dentro dessa linha, eu diria, Sr. Presidente, Deputado Fábio Mitidieri, que nós temos uma boa estrutura para discutirmos, evoluirmos e montarmos. Aqui a vida é atribulada. Nós vamos precisar muito mais de vocês, de uma organização, de um entendimento, para que nós possamos aqui fazer leis realmente eficazes. E nós vamos trabalhar com isso.

Eu me despeço de vocês, porque vou ter que dar uma breve entrevista.



Hoje, não é o melhor dos dias em razão dos trabalhos na CCJ. Não era para ser assim, mas não temos controle sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Boa sorte na audiência de V.Exa. Traga boas notícias.

Com a palavra a Sra. Michelle. Peço desculpas por ter dado minha opinião já no final, mas acho que foi importante também.

A SRA. MICHELLE LESSA - Pelo contrário, Deputado Fábio Mitidieri, eu acho que foi muito boa a provocação de V.Exa. Este debate é muito importante.

Quero dizer que, sem dúvida, o ambiente escolar não é suficiente para a promoção da alimentação saudável se não existe o trabalho dos pais em casa. Mas vamos pensar o contrário. O que um alimento, por exemplo, um Cheetos, vai trazer de bom para a saúde dessa criança? Eu não consigo defendê-lo de jeito nenhum.

Há pais que querem introduzir uma alimentação saudável para os seus filhos. No entanto, existe uma hiperoferta de produtos para essa criança na escola. Ela leva frutas e alimentos saudáveis para o lanche, mas vai querer comprar pizza, frituras ou salgadinhos Cheetos, porque alimentos com sódio, gordura e açúcar são sempre mais gostosos do ponto de vista palatar.

Existe um processo — e V.Exa. tem razão — de trabalhar em casa ou em outros ambientes. Há estudos mostrando, do ponto de vista de política pública, a importância de políticas públicas na escola com maior custo-efetividade para a prevenção da obesidade infantil. São estudos de Harvard, da revista *The Lancet*, por isso é que a OMS orienta esse tipo de política.

Gostaria de falar que 61% da população brasileira são a favor de medidas de regulação num ambiente promotor de alimentação saudável na escola.

Então, este é um bom debate, poderíamos ficar aqui horas fazendo, mas eu gostaria, enquanto representante do Ministério da Saúde, parabenizar a iniciativa dessa audiência, reforçando o que a Gláucia Barbosa falou: estamos abertos para vir quantas vezes foram necessárias.

Parabenizamos a Frente de Enfrentamento da Obesidade Infantil. Contem com o nosso apoio, contem com tudo que pudermos apoiar nessa importante discussão para a saúde da população brasileira.



Só para finalizar, quero dizer que a obesidade custa para o Sistema Único de Saúde meio bilhão, por ano.

Então, vamos deixar para onde essa conta?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Essa preocupação, Sra. Michele Lessa, que nós temos de criar políticas públicas que efetivamente possam contribuir com esse combate, já há essa preocupação, que é nossa, de não passarmos a imagem de que nós estamos querendo criar a criança numa bolha.

A SRA. MICHELE LESSA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Quando ele for para a rua, quando ele frequentar a sociedade ele vai ter que enfrentá-la, encontrar a máquina de refrigerante, vai enfrentar a comida, e ele tem que optar pela coisa mais saudável. Então, temos que...

Por isso é que eu sempre falo que a educação é mais importante do que se blindar, porque uma hora ele vai encontrar a realidade. Esse é o cuidado que nós temos.

Eu tenho uma filha que tinha alergia à lactose. E tudo tem leite, não tem como você blindar. Você vai educar, vai explicar, e ali se consegue adquirir, com isso, uma conscientização que a leva para uma alimentação mais saudável.

Eu acho que é um exemplo do que deve ser feito, de certa forma, no seio da família, e através de políticas públicas que contribuam efetivamente para o combate à obesidade infantil.

A criança, na maioria das vezes, não tem a noção do problema, do que vai acontecer com ela amanhã. Cabe a nós, enquanto pai, educador, mostrar isso.

E esta Casa, através da Comissão do Esporte e outras, como a Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social e de Educação, e a Frente Parlamentar, também, estão com as portas abertas para que possamos debater criar, efetivamente, políticas públicas que tenham eficácia no combate, senão fica só no discurso, e isso não vai resolver, até porque o problema é muito mais sério.

A senhora acabou de falar do ponto de vista financeiro: 500 milhões de reais, por ano, de investimento, de custo para o SUS, que poderiam, hoje, estar sendo evitados. *(Pausa.)*



Pois não, com a palavra o Sr. Célio René.

O SR. CÉLIO RENÉ TRINDADE VIEIRA - Obrigado, Deputado Fábio Mitidieri.

Nós, do Ministério da Educação agradecemos aí o convite. Colocamos, também, os nossos programas do Ministério do Esporte. Acho que podemos atuar aí na questão da conscientização por meio dos nossos programas. Eu acho que estarmos mais próximos de V.Exas. vai permitir que desenvolvamos uma ação mais eficaz. Então, tenho certeza que o Ministro Leonardo Picciani, e o Secretário Leandro têm todo o interesse na causa.

Então, já nesses próximos encontros, como inclusive já houve frutos dessas ações, nós do Ministério nos colocamos à disposição para participar, efetivamente, e acho que poderemos colaborar.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Agradeço ao Sr. Célio René.

Antes de passar a palavra à Sra. Sônia da Costa, quero dizer que chegou mais uma pergunta, se os senhores puderem ainda responder, do Sr. Luciano Inácio: *“Boa tarde. Creio que a partir do momento que a Educação Física escolar deixar de fazer parte da grade curricular obrigatória abre-se a possibilidade de o jovem não frequentar as aulas”*. Ele pergunta: *“Isso é contra o professor de Educação Física e a favor da obesidade? Qual a opinião da Mesa? Quem poderia falar da grade curricular? O Ministério da Educação?”*

Com a palavra a Sra. Gláucia Barbosa.

A SRA. GLÁUCIA BARBOSA PINTO CAMPOS - É bem verdade que a Educação Física não faz parte da grade curricular obrigatória, mas nós não vamos excluir o professor. Lembrando bem que Estados e Municípios têm autonomia para decidir, dentro da sua esfera, como vai ser em cada escola. A intenção não é excluir a Educação Física — ela vai continuar —, mas cabe à escola decidir como e quando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - O debate sobre a questão da grade curricular obrigatória é bem mais amplo e mereceria outra audiência pública. Todos nós temos dúvidas sobre isso, porque, quando deixa de ser obrigatório, passa a ser facultativo, e muitas escolas simplesmente não o oferecem



mais ou oferecem uma sobretaxa, que é uma prática também muito comum nesse setor. As escolas cobram uma taxa adicional, porque agora é facultativo.

A meu ver, o debate sobre a matéria deve ser ampliado. Esse tema merece sim uma discussão mais ampla. A atividade física é importante no combate à obesidade infantil e também na geração de uma série de outros benefícios. Por isso, entendo que a matéria merece uma discussão mais ampla. Mas compreendo a posição da Sra. Gláucia. O Governo de Michel Temer fez essa mudança, que era necessária e antiga, na grade curricular no ensino médio, mas deixou muitas questões em aberto. Há muitas discussões ainda por vir.

Com a palavra a Sra. Sônia da Costa.

A SRA. SÔNIA DA COSTA - Sr. Presidente, Deputado Fábio Mitidieri, parabeno V.Exa. pela iniciativa. E, em nome do Ministério, do Dr. Gilberto Kassab e do meu Secretário, Dr. Jailson, agradecemos a oportunidade.

Eu estou deixando aqui um *folder* da Secretaria de Pesquisa e Desenvolvimento, que está apoiando todos os colegas, que foi distribuído para os Parlamentares presentes.

A Secretaria está à disposição para ajudar na construção desse programa, que já tem 10 anos. Agradecemos a disponibilidade do Ministério do Esporte em trabalhar conosco. Nos já trabalhamos há muito tempo juntos, como, por exemplo, na Semana Nacional do Esporte; no ano passado, e com a questão da alimentação.

O Programa Nacional de Popularização da Ciência, do Ministério, é muito amplo. Nós alcançamos mais de 2 mil Municípios anualmente, com editais, feiras e com a realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Quem sabe, esse seja o tema do ano que vem. Não tenho poder para decidir isso, mas acho que temos condições de trabalhar nisso. Há possibilidade de trabalharmos juntos inclusive na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Gostaria de agradecer a V.Exa. e dizer que pensamos, sim, em políticas públicas com indicadores, com controles e com medidas, e é isso que nós queremos colocar à disposição para a nossa grande rede de pesquisa, constituída por mais de 500 instituições, atualmente vinculadas ao nosso Departamento.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Mitidieri) - Eu que agradeço, Sra. Sônia. Peço a V.Sa. que envie o nosso abraço ao Ministro Gilberto Kassab, que é o Presidente do meu partido, o PSD, nosso Líder na política.

Quero também dizer que é muito mais fácil quando uma política pública é embasada em dados e informações que podem ser concatenados. E quando temos a oportunidade de unir políticas públicas com vários Ministérios, conseguimos falar a mesma língua. No esporte, por exemplo, dizemos que é o desporto educacional. O Ministério do Esporte diz que é a educação, e a educação, de certa forma, tem que se virar com o esporte. Quando você vai ao Estado é a mesma coisa, quando você vai ao Município é a mesma coisa, e aí o desporto educacional acaba não tendo a importância, a visibilidade e o tratamento necessários.

O desporto educacional, no Brasil, é a base para formação de novas gerações de atletas e de novos cidadãos. Nós imaginamos que todo mundo, na sua infância, praticou algum esporte, mas apenas 1% se torna atleta. Mas todos têm a possibilidade de se tornar grandes cidadãos através dos ensinamentos do esporte.

E, concatenando ideias, falando a mesma língua, criando políticas públicas que venham trazer o que tem de melhor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério do Esporte, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, podemos ter, sim, um resultado eficiente.

Portanto, agradeço a participação e a colaboração de todos vocês. Este debate vai se estender mais, e nós teremos outras oportunidades para promover, efetivamente, uma mobilização nacional em prol do combate à obesidade infantil, com a conscientização da população de que isso deve começar no seio da família, através de campanhas educacionais e de conscientização. O Brasil tem que acordar para esse tema que vem afetando a nossa juventude.

Agradeço a presença de todos.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.